

PROTESTOS

“Quem mais sofrerá é a sociedade em geral”, alerta presidente da AMAM

>> Assessoria

A Associação Mato-grossense de Magistrados (AMAM) participou do ato público, em frente ao Fórum de Cuiabá, nesta sexta-feira, 28, contra as reformas propostas pelo Governo Federal e contra a lei de abuso de autoridade.

O presidente da entidade, juiz José Arimatéa Neves, disse que a iniciativa é um alerta à sociedade, que está diante de uma “fome reformista” que existe hoje no próprio Executivo federal e tem contaminado o Congresso. “Quem mais sofrerá com estas reformas é a sociedade em geral. Fragilizado e de péssima qualidade, o serviço público irá refletir em uma má prestação aos cidadãos. Sem contar que, com salários baixos e direitos negados ao servidor público, isso só vai atrair pessoas medíocres

e desonestas. O que coloca em risco ainda mais a qualidade de serviços como segurança, saúde e educação – considerados essenciais para a população”, defende Neves.

Para o juiz do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT), André Araújo Molina, que assume neste ano a presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho de Mato Grosso (AMATRA XXIII), por serem profundas e estruturais, essas reformas não poderiam estar sendo realizadas de forma arbitrária, apressada e sem a participação efetiva da população – que pode até estar sendo ouvida, mas nem sempre está sendo considerada.

“Estamos lutando pela cidadania e pelo direito de sermos ouvidos em um momento em que temos os direitos cortados. É preciso promover debates públicos e escutar também os grupos de representação



Juiz José Arimatéa Neves

da sociedade civil, bem como avaliar os dados técnicos que alicerçam as proposições. Essas mudanças atingem a todos nós”, destaca Molina.

NOTA PÚBLICA - A AMAM, em conjunto

com as demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (FRENTAS-MT), divulgou nota oficial de repúdio contra a postura dos poderes políticos

que promovem a Reforma Trabalhista (PL 6787/2016), a Lei de Abuso de Autoridade (PL: 85/2016) e a Reforma da Previdência (PEC 287/2016). O documento foi lido e divulgado durante ato público.

Entidades como a Associação Mato-grossense dos Defensores Públicos (AMDEP) e a Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso (APROMAT) também aderiram ao ato e assinam a nota pública.

